



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

**ESCLARECIMENTOS, PERGUNTAS E RESPOSTAS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013 PARA
A CONCESSÃO PATROCINADA DA PRESTAÇÃO DOS
SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE
PASSAGEIROS DA LINHA 6 – LARANJA DE METRÔ DE
SÃO PAULO, CONTEMPLANDO IMPLANTAÇÃO DAS
OBRAS CIVIS E SISTEMAS, FORNECIMENTO DO
MATERIAL RODANTE, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO,
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO.**

RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS

QUESTÃO 11:

7.1 Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar o futuro instrumento contratual, a Licitante (individual ou Consórcio) deverá prestar Garantia de Proposta no valor de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), com prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data marcada para a sessão de recebimento dos Envelopes.

(...)

7.1.3.A Garantia de Proposta:

(...)

c. quando em seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil e as apólices deverão estar acompanhadas da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, com vigência mínima de 12 (doze) meses.

Considerando que o item 7.1 do Edital estabelece que a garantia de proposta deve ter prazo de validade de 90 (noventa) dias, e que o item 7.1.3.c, ao tratar de modalidade de seguro-garantia, estabelece que a vigência mínima do contrato de resseguro é de 12 (doze) meses, indagamos: qual é a razão de o prazo do contrato de resseguro ser significativamente maior do que o do seguro-garantia?

RESPOSTA 11: Neste caso, considere-se o prazo de 90 dias no lugar de 12 meses.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

QUESTÃO 12:

4.1. O prazo de vigência da CONCESSÃO é de 25 (vinte e cinco) anos.
(...)

4.1.2. O prazo de vigência da CONCESSÃO estabelecido no item 4.1 desta Cláusula inicia-se com a “Declaração de Início do Prazo de Vigência da CONCESSÃO”, emitida após concluídas as obrigações do PODER CONCEDENTE previstas na Etapa Preliminar.

4.1.2.1 A Etapa Preliminar tem como previsão de duração 4 (quatro) meses, contados da data de assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado por no máximo 1 (um) mês, mediante solicitação expressa e motivada da CONCESSIONÁRIA ou determinação do PODER CONCEDENTE, compreendendo as seguintes atividades:
(...)

IV - apresentação pela CONCESSIONÁRIA de um Plano de Financiamento detalhado da CONCESSÃO, indicando as fontes de todos os recursos (recursos próprios e/ou de terceiros) que suportarão os investimentos em desapropriação dos imóveis privados, obras civis, sistemas e material rodante, assim como demais despesas da fase de implantação da LINHA 6, devendo incluir: **i)** carta de intenção/compromisso de instituições financeiras envolvidas com a viabilização do plano apresentado; **ii)** documento(s) que demonstre(m) claramente a tomada de providências concretas, perante seus acionistas e/ou financiadores, no sentido de assegurar a execução das atividades previstas em consonância com o Cronograma de Implantação do Empreendimento e com o Cronograma do Fluxo de Aporte de Recursos, no caso do financiamento para suportar as atividades a serem realizadas no primeiro ano de vigência da CONCESSÃO; **iii)** Cronograma Físico-financeiro das Desapropriações e correspondente previsão de Aporte de Recursos, observados os prazos e ritos estabelecidos na Cláusula Trigésima Sétima;

Considerando o novo regime das desapropriações, regulado na Cláusula 37, no qual todos os custos de desapropriação são assumidos pelo Poder Concedente, entendemos que a referência às fontes de recursos para suportar os investimentos “em desapropriação dos imóveis privados”, constante do inciso IV do item 4.1.2.1, foi mantida por equívoco, devendo ser desconsiderada. O que permanece como pertinente à desapropriação neste dispositivo é somente o item iii) cronograma físico-financeiro das desapropriações e correspondente previsão de aporte de recursos. Está



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

correto nosso entendimento?

RESPOSTA 12: Entendimento correto.

QUESTÃO 13:

6.1. A remuneração da CONCESSIONÁRIA será composta pelas seguintes parcelas:

6.1.1 PARCELA A – Receita decorrente da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, fixada em R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos), por passageiro transportado, na data base de 01/02/2013.

(...)

7.1 A TARIFA DE REMUNERAÇÃO será reajustada anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069, de 29 de junho de 1995, tendo como referência a data base de 01/02/2013, pela aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

(...)

7.2. O APOORTE DE RECURSOS será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069, de 29 de junho de 1995, tendo como referência a data base de __/__/__. (mês de apresentação da proposta comercial), pela aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

(...)

7.3. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será reajustada anualmente, por meio do Reajuste do Preço Unitário Mensal por Estação Operacional (PUb), descrito no item 6.1.2.2, deste CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 9.069, de 29 de junho de 1995, tendo como referência a data base de __/__/__ (mês de apresentação da proposta comercial), pela aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

(...)

Edital:

8.8.1.1 Todos os valores constantes no Plano de Negócios deverão estar expressos na data base do primeiro dia do mês de apresentação da proposta, inclusive a TARIFA DE REMUNERAÇÃO, que deverá ser adequada para o período decorrido entre a sua data base de 01/02/2013 e a data base do primeiro dia do mês de apresentação da proposta, nos termos da Cláusula Sétima (7.1) da Minuta do CONTRATO, *pro rata temporis*.

Considerando que, para fins de atualização de valores, todas as datas base foram alteradas para o mês de apresentação da proposta, entendemos que nas disposições relativas à receita decorrente da Tarifa de Remuneração, a



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

exemplo das cláusulas 6.1.1 e 7.1, a data base também deve ser alterada para o mês de apresentação da proposta comercial, tal como determinado no item 8.8.1.1 do Edital. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 13: Sim, para efeito do plano de negócios, conforme o item 8.8.1.1.

QUESTÃO 14:

Edital:

7.2 A Proposta Comercial deverá ser elaborada conforme modelo constante do Anexo III – Volume I deste Edital, e incluirá o percentual de desconto único que incidirá sobre o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, representada pela Parcela B, constante do item 17 deste edital, com duas casas decimais, bem como os preços unitário e total resultantes, e deverá considerar:

(...)

7.2.3 a não incidência de ISS na prestação de serviço de transporte metroferroviário de passageiros, sobre as contraprestações, receitas tarifárias e aportes de recursos, em razão de decisão judicial, nos termos do Anexo V do Edital;

Contrato:

20.4 Constituem, dentre outros, RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS assumidos pela CONCESSIONÁRIA:

(...)

20.4.6 criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA;

(...)

20.6.6. Interpretação jurídica e/ou contábil relativa ao tratamento, administrativo, societário ou tributário, do APORTE DE RECURSOS previsto neste CONTRATO e constante do Plano de Negócios que tenha impacto nos fluxos econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, gerando custos não previstos no Plano de Negócios.

20.6.6.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá requerer equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO no caso de autuação e eventual cobrança de valores, impostos e/ou multas pelos órgãos competentes em razão do tratamento por ela aplicado ao APORTE DE RECURSOS acima descrito.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

(...)

21.3 Somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nas hipóteses abaixo descritas:

(...)

21.3.6 Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais, ressalvados os impostos e contribuições sobre a renda, que tenham impacto direto nas receitas/remuneração, exceto receitas acessórias, ou despesas da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, relacionadas especificamente com a execução dos serviços objeto da CONCESSÃO;

21.3.7 Incidência de ISS sobre contraprestação, receita tarifária e aporte de recursos, ocorrida em razão de decisão judicial, nos termos do Anexo V deste Contrato, em sentido contrário à não incidência de ISS sobre a prestação de serviços de transporte metroferroviário de passageiros que abrange o objeto da CONCESSÃO;

Considerando que (i) o Edital prevê expressamente que a proposta comercial deve considerar a não incidência de ISS sobre as contraprestações, receitas tarifárias e também aportes de recursos, e que (ii) o Contrato prevê como hipótese de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a incidência de ISS sobre contraprestação, receita tarifária e aporte de recursos; entendemos que, na hipótese de vir a incidir ISS sobre a contraprestação, receita tarifária e aporte de recursos, seja por nova decisão judicial, seja por interpretação da administração tributária, a Concessionária terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, inclusive em face dos itens 20.6.6 e 20.6.6.1 do Contrato. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 14: Não. Apenas caberá o reequilíbrio econômico financeiro na hipótese de o Poder Judiciário alterar a decisão proferida no processo mencionado no Anexo V, que afasta a incidência de ISS sobre a prestação de serviço de transporte metroferroviário. O risco relativo à interpretação da administração tributária quanto à hipótese de incidência do ISS cabe ao parceiro privado.

QUESTÃO 15:

22.2 Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA deverá constar de requerimento fundamentado e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto a:

(...)

22.2.2 Projeção de Fluxo de Caixa Marginal decorrente do evento que ensejou



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

o desequilíbrio, considerando: (i) os fluxos marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem evento; e (ii) os fluxos marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;

(...)

22.3 Os seguintes procedimentos deverão ser observados para os cálculos que levarão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

22.3.1 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa do negócio estimado sem considerar o impacto do evento; e (ii) o fluxo de caixa projetado, em caso de eventos futuros, ou observado, em caso de eventos passados, tomando-se em conta o evento que ensejou o desequilíbrio;

22.3.2 Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento que deu causa ao desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do PODER CONCEDENTE, das projeções realizadas por ocasião do certame licitatório;

22.3.3 O reequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto do evento que ensejou o desequilíbrio no fluxo financeiro da CONCESSIONÁRIA, sendo, para tanto, calculado o Valor Presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação;

22.3.4 A Taxa de Desconto real anual a ser utilizada no cálculo do Valor Presente de que trata o item 22.3.3 será composta pela média dos últimos 3 (três) meses da taxa bruta de juros de venda das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), *ex-ante* a dedução do Imposto de Renda, com vencimento em 15/05/2045, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data do efetivo impacto do evento de desequilíbrio no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA, acrescida de um prêmio de risco de 2,5% a.a.

Considerando o procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro descrito nas cláusulas 22.2 e 22.3, questionamos:



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

- (i) A taxa de desconto definida na cláusula 22.3.4 se refere ao Custo de Capital Próprio ou ao Custo de Capital Médio Ponderado?
- (ii) A cláusula 22.3.1 dispõe que a recomposição do reequilíbrio será baseada no fluxo de caixa do negócio. Este se refere ao fluxo de caixa do projeto com ou sem os fluxos de capital de terceiros (financiamento)?
- (iii) Como será estimado o custo do capital de terceiros, seja na taxa de desconto ou nos fluxos, seja nos fluxos futuros de dívida?

RESPOSTA 15: (i) a metodologia de cálculo da taxa de desconto foi previamente definida em substituição à metodologia do Custo de Capital Médio Ponderado; (ii) quando aplicada a situação do item 22.3.1 será considerado o fluxo de caixa do projeto, sem os fluxos de capital de terceiros. (iii) vide respostas (i) e (ii).

QUESTÃO 16:

27.1. Nos termos da Lei Federal nº 11.079/04 e suas alterações, a CONCESSÃO contempla APOORTE DE RECURSOS por parte do PODER CONCEDENTE, no valor máximo de R\$ 4.469.400.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e nove milhões e quatrocentos mil reais), data base do mês de apresentação da proposta, cuja percepção pela CONCESSIONÁRIA se dará em conformidade com o Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos - Volume I, do Anexo VI, em parcelas, até o 6º ano da CONCESSÃO, em função da efetiva execução dos investimentos, envolvendo construção (obra civil) e aquisição de bens reversíveis, para a implantação da LINHA 6, observada a proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas, as quais estão vinculadas aos Eventos estabelecidos na evolução da implantação da Linha e na aferição de sua efetiva realização.

(...)

27.8. O APOORTE DE RECURSOS será assegurado pelo PODER CONCEDENTE por meio de financiamento obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e, em caráter complementar, por recursos orçamentários, declarando o PODER CONCEDENTE, nesta oportunidade, que:

27.8.1. obteve autorização legislativa para contratação do financiamento junto ao BNDES;

27.8.2. formalizou junto ao BNDES pedido de enquadramento do projeto de implantação da LINHA 6 do Metrô;

27.8.3. acordou com o BNDES a adequação dos termos do financiamento às disposições do presente CONTRATO.

(...)



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

52.1. O Poder Concedente obriga-se a assegurar os recursos orçamentários necessários ao pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme estabelecido na Cláusula Sexta, item 6.3 deste CONTRATO, incluindo na proposta orçamentária anual dotação específica, vinculada à Secretaria dos Transportes Metropolitanos, em valor suficiente para suportar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA para o exercício subsequente, bem como vetar alterações na referida proposta que reduzam ou restrinjam a dotação destinada ao pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e não efetuar contingenciamento de tais recursos.

52.2. A Companhia Paulista de Parcerias – CPP assume neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadora solidariamente responsável pelo fiel cumprimento da obrigação imputável ao PODER CONCEDENTE, no que se refere, exclusivamente, ao pagamento do valor correspondente a 6 (seis) prestações mensais da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA (Obrigação Solidária), que vigorará, de acordo com os limites e condições estabelecidos nesta Cláusula, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL ou da OPERAÇÃO COMERCIAL ANTECIPADA, plena ou parcial, até a liquidação final, pelo PODER CONCEDENTE, da última parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, renunciando expressamente ao benefício previsto no artigo 827 do Código Civil.

(...)

52.7. A PARCELA A da REMUNERAÇÃO a que a Concessionária faz jus por passageiro transportado, prevista no subitem 6.1.1 da Cláusula Sexta – Da Remuneração e Pagamentos, ficará automaticamente acrescida de valor adicional de R\$ 2,00 (dois reais) por passageiro transportado, sendo tal valor adicional doravante denominado REMUNERAÇÃO CONTIGENTE, nas seguintes hipóteses: i) esgotamento da Garantia Real, em face da sua eventual não recomposição mediante ressarcimento à CPP pelo PODER CONCEDENTE na forma prevista no item 52.5 desta Cláusula e da não retomada do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pelo PODER CONCEDENTE no prazo definido no item 6.5.5 da Cláusula Sexta; ii) ocorrência de novo evento de inadimplemento do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a qualquer tempo, enquanto a GARANTIA REAL ainda não estiver sido recomposta, mediante ressarcimento à CPP pelo PODER CONCEDENTE na forma prevista no item 52.5 desta Cláusula.

Considerando que: (i) o valor do Aporte de recursos aumentou de R\$ 3.879.018.037 para R\$ 4.469.400.000; (ii) anteriormente o Estado de São Paulo levantava o valor de R\$ 3.879.018.037 através de financiamento direto com o BNDES, inclusive sobre o montante referente a atualização do valor até o completo pagamento dos aportes; e que (iii) anteriormente não havia previsão de complementação por recursos do orçamento do Estado de SP na



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

fase de investimentos;

Questiona-se:

- a) Qual será a origem dos recursos necessários para cobrir a diferença entre o valor anteriormente previsto e o atual para o Aporte de Recursos?
- b) Na hipótese de tal valor vir a ser originado de recursos orçamentários, como o Poder Concedente asseguraria a aprovação desse valor, já que sua disponibilidade depende de tramitação legislativa e aprovação anual nas leis orçamentárias?
- c) Ainda na hipótese de tal valor vir a ser assegurado por meio de recursos orçamentários, qual seria a garantia prestada pelo Poder Concedente para a situação de seu inadimplemento, especialmente considerando o fato de que a Cláusula Quinquagésima Segunda – Da Garantia da Contraprestação Pecuniária não menciona o Aporte de Recursos?

RESPOSTA 16: Os valores necessários para atender os Aportes de Recursos serão suportados com recursos orçamentário do GESP, conforme previsão constantes dos itens 6.3 e 27.8, da minuta de contrato, sendo aplicável aos aportes também a previsão contida no item 52.1 (da minuta do contrato).